

CASO Políticos e representantes de entidades defendem 'direitos iguais a todos' Lideranças comentam situação de Lula

SILVIA CHIMELLO

Os políticos de Mogi acreditam que o episódio em torno da ordem de prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) expedida anteontem pelo juiz federal Sérgio Moro, após a condenação em duas instâncias da Justiça no caso do triplex, em Guarujá (SP), representa o fim da impunidade no País e demonstra que a Justiça é para todos. Mas existe temor de que a confusão em torno do assunto gere reflexos negativos na economia e retomada do desenvolvimento.

Mesmo assim, muitos lamentam o fato, como o deputado estadual Marcos Damásio (PR). "É com tristeza que acompanhei esse processo que evoluiu para a prisão do ex-presidente, por se tratar de uma grande liderança no Brasil. Mas, de certa forma, isso demonstra que estamos vivendo uma nova realidade, com o fim da impunidade. As instituições estão cumprindo o seu dever e o Judiciário tem um importante papel nesse processo. Tudo isso também vai ajudar a moralizar a classe política e a reaproximar a população", declarou.

O deputado estadual Luiz Carlos Gondim Teixeira (PTB) também disse que é "lastimável" ver um ex-presidente da República nessa situação. Mesmo tendo considerado como um pouco precipitado o pedido de prisão, ele afirma que é favorável ao fim da impunidade no País e alega que a Justiça tem que ser igual para todos. Gondim acredita que o País vive uma nova realidade,



REPERCUSSÃO Caseiro e Zatsuga falam dos reflexos na economia

defende a continuidade da Lava Jato para ajudar a acabar com a corrupção. "O que me preocupa é essa postura acirrada e divisão no País, o que não é bom para a democracia. Esse é um momento em que todos deveriam ver o Brasil através de uma nova perspectiva para ajudar a construir um futuro melhor e mais justo a todos".

O deputado federal Junji Abe (MDB), apesar de concordar com a Lava Jato e com a punição de políticos e empresários envolvidos em corrupção, "porque nenhum cidadão está acima da lei", acha que esse processo do habeas corpus do ex-presidente ficou um pouco confuso por ter esbarrado na Constituição, fato que provo-

cou divisão no próprio Supremo Tribunal Federal. Ele acredita que a mudança na lei que determina a prisão após julgamento em 2ª instância deveria ter sido feita pelo Congresso Nacional para dar maior legitimidade ao processo. "Faltou estabelecer com clareza essa questão da presunção de inocência", destacou.

O diretor do Sistema Fiesp/Ciesp no Alto Tietê, José Francisco Caseiro, entende que o Brasil vive um momento único e que o que acontecerá nas próximas horas irá impactar o resultado das eleições em outubro. "A única coisa que não podemos permitir é que a situação envolvendo o ex-presidente se transforme numa baderna coletiva, com violên-

cia, quebra-quebra e prejuízos para quem não tem nada com isso. Esperamos, ainda, que os acontecimentos não coloquem a perder a recuperação que a economia vem alcançando. Que as pessoas, independentemente de ideologias e de colorações partidárias, tenham discernimento para analisar tudo o que acontece e tomar as melhores decisões", ponderou.

Na opinião do presidente da Associação Comercial de Mogi das Cruzes, Marco Zatsuga, a confusão que envolve a prisão decretada do ex-presidente mostra a fragilidade dos sistemas político e Judiciário, com muitas idas e vindas e, o pior, com grande parte da população sem a noção do que isso poderá causar. "É temeroso o reflexo que essa polêmica pode desencadear na economia e os prejuízos na retomada do crescimento, que ainda segue de forma lenta. Vamos aguardar, com cautela, o que acontecerá e quais serão os desdobramentos no meio empresarial".

Na avaliação do empresário Marcos Borenstein, "o melhor de tudo é que houve uma sinalização para todo mundo que a corrupção acabou no Brasil". Segundo ele, o juiz Sérgio Moro "está correto" ao afirmar que os hipotéticos embargos de embargos de declaração constituem patologia protelatória, que deveria ser eliminada do mundo jurídico. Ele observa que em outros países, os condenados em primeira instância têm que ir para a cadeia e depois recorrer da sentença presos.